



“Não há uma opinião tão absurda que não possa ser admitida por algum homem.”

John Locke (1632-1704)

Fortunato Losso Netto 1910 - 1985

É inacreditável: mas é verdade

23 de maio de 1965

Não é segredo para ninguém que nunca morri de amores pelo governador Adhemar de Barros. Uma série infundável de fatos, de conhecimento de quantos acompanham a história político-administrativa de São Paulo, traçou caminhos diferentes entre meu pensamento político e a conduta de nosso governador, na pública administração.

Entre as razões desse divórcio, em que não entra a apreciação do homem, da pessoa Adhemar de Barros e sim de sua atuação frente ao governo de São Paulo, sobrepõe a discrepância entre o que ele diz na televisão, nos comícios, nas entrevistas e o que ele faz, assinando atos, atuando no seu gabinete, governando, enfim. São duas personalidades distintas, chocantemente antagônicas, que explicam, de um lado, o seu populismo ou melhor dizendo, sua penetração nas camadas ínfimas da população, que não raciocina, mas é a maioria eventual, e que se deixa levar pelo que ele diz (e o sabe dizer admiravelmente, com simplicidade bonachona) e as resistências que encontra nas faixas da população mais esclarecidas, que observam seus atos, analisando-os em sua crueza, para dele fazer o juízo que merece.

Quem o vir, faces rechonchudas, irradiando simpatia, no seu linguajar muito 'amigo', falando na tevê, defendendo o trabalhador, dizendo com ênfase

se que a meta de seu governo é o homem, vê uma das personalidades do governador a que cativa, a que atrai votos. Mas a realidade é outra... No gabinete, nas decisões, são 'outros quinhentos cruzeiros', como se diz hoje em dia.

Talvez pouca gente saiba (pouca, em relação aos milhões de habitantes do Estado de São Paulo), que há milhares de trabalhadores do Estado, que ganham menos do que o Salário Mínimo. Mas será possível? indagará alguém, pouco avisado. Será possível?

É possível, sim senhores. Aqui mesmo, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, há trabalhadores nessa triste e inqualificável situação. Chefes de família, com responsabilidades de sustento de filhos, com salário de fome, precisando lutar, brigar com o governo, recorrer à Justiça, para ver se conseguem que ao menos o Governo de São Paulo cumpra a lei.

Um breve discurso, proferido há dias na Assembleia Legislativa do Estado, pelo deputado Salgot Castillon, dá uma pálida ideia do que é essa luta, que enodoa um governo, que envergonha um povo. Reproduzimo-lo, sem mais comentários:

“Infelizmente, Sr. presidente e Srs. deputados, o Sr. governador continua insensível à miséria, à fome reinante em dezenas de milhares de lares de servidores públicos, que continuam a não receber o Salário Mínimo, fixado como o salário que a Constituição diz ser o

menor para que um chefe de família possa manter-se e manter seus familiares.

O governador continua insensível e faz de conta que desconhece a existência de uma lei promulgada por esta Assembleia que torna obrigatório, pelo Estado, o pagamento do Salário Mínimo desde 1º de julho do ano passado. Já que os nossos reclamos, que os reclamos de milhares de humildes servidores do Estado não conseguem atingir o duro coração do governador; decidiram ao diaristas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que não estão recebendo já há dois anos o Salário Mínimo, impetrar, por meu intermédio, um mandato de segurança contra o governador do Estado, para aquilo que eles não têm conseguido com apelos, consigam-no pela Justiça. Temos fé em que a Justiça vai obrigar o empedernido coração de Adhemar de Barros a ficar um pouco mais brando, um pouco mais humano”.

É inacreditável que um governo de Estado negue a humildes trabalhadores, a mínima paga da lei. E isso, em São Paulo, no Estado líder da Federação. É inacreditável, mas é a verdade.

Republicação dos artigos de Fortunato Losso Netto, em homenagem ao seu centenário de nascimento (1910-2010). Texto publicado originalmente em 23 de maio de 1965. Optou-se pela correção ortográfica atual.